

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Educação física escolar no município de Paiçandu (PR): fatos, conquistas e desafios da consolidação em 2016 aos dias atuais em 2022

Physical education school in the municipality of Paiçandu, Paraná, Brasil: Facts, achievements and challenges of consolidation in 2016 to the present day in 2022

 Gilson Firmino Goes^{1,3,4}  Saulo Testa^{2,3}

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Brasil

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Brasil

³ Prefeitura Municipal de Paiçandu (PMP), Paiçandu, Brasil

⁴ Prefeitura Municipal de Maringá (PMM), Maringá, Brasil

HISTÓRICO DO ARTIGO

Recebido: 20 setembro 2022

Revisado: 20 novembro 2022

Aprovado: 21 novembro 2022

PALAVRAS-CHAVE:

Educação Física Escolar;
Currículo; Ensino Fundamental.

KEYWORDS:

Physical Education;
Curriculum; Elementary School.

PUBLICADO:

01 janeiro 2023

RESUMO

INTRODUÇÃO: Este trabalho caracteriza-se como um Relato de Experiência, produzido por Professores de Educação Física do Quadro Próprio do Magistério Público Municipal de Paiçandu (PR), que atuaram na Assessoria Pedagógica de Educação Física do município.

OBJETIVOS: Neste relato o objetivo é relatar os desafios da introdução da disciplina na grade curricular com professores da área, progressos da organização coletiva, conquistas conjuntas da rede e entraves na estruturação da Educação Física Escolar de Paiçandu, uma vez que a Educação Física no município foi inserida tardiamente no currículo municipal com professores com formação específica.

MÉTODOS: Este relato produzido sob método qualitativo do tipo descritivo, contextualiza o primeiro quinquênio de trabalho, as alterações curriculares, desenvolvimento do trabalho, percalços cotidianos e os desafios impetrados pela Pandemia de COVID-19 no contexto escolar.

RESULTADOS: Os trabalhos desenvolvidos ao longo de cinco anos pela Assessoria Pedagógica e Professores de Educação Física no ambiente escolar buscaram estruturar e atualizar a estrutura curricular a fim de atender as necessidades legais da disciplina e promover o aprendizado específico dos alunos e, este trabalho se deu em diferentes contextos sociais, inclusive no momento mais crítico dos últimos tempos na Pandemia de COVID-19, enfrentando entraves políticos, financeiros e estruturais para a efetivação da atuação.

CONCLUSÃO: A tarefa de estruturar propostas pedagógicas, aliar o ensino da Educação Física com limitações físicas e de recursos é um desafio de grande monta. Consideramos que muito já foi feito, porém, ainda há muito a se fazer para que o processo de ensino e aprendizagem se efetive em condições ideais de trabalho.

ABSTRACT

BACKGROUND: This work is characterized as an Experience Report, produced by Physical Education Teachers of the Municipal Public Magisterium of Paiçandu, Paraná, Brasil, who worked in the Pedagogical Advisory of Physical Education of the municipality.

OBJECTIVE: In this report, the objective is to report the challenges of introducing the discipline into the curriculum with teachers in the area, progress of the collective organization, joint achievements of the network and obstacles in the structuring of Physical Education in Paiçandu, since Physical Education in the municipality was inserted late in the municipal curriculum with teachers with specific training.

METHODS: This report, produced under a qualitative descriptive method, contextualizes the first five-year period of work, curricular changes, work development, daily mishaps and the challenges imposed by the COVID-19 Pandemic in the school context.

RESULTS: The works developed over five years by pedagogical advice and physical education teachers in the school environment have sought to structure and update the curriculum structure in order to meet the legal needs of the discipline and promote the specific learning of students and this work took place in different Social contexts, even at the most critical moment of recent times in the COVID-19 pandemic, facing political, financial and structural obstacles to the realization of action.

CONCLUSION: The task of structuring pedagogical proposals, combining the teaching of Physical Education with physical limitations and resources is a major challenge. We consider that much has already been done, however, there is still much to be done for the teaching and learning process to be effective under ideal working conditions.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se trata de um relato de experiência, que apresenta o trajeto histórico da implantação da disciplina Educação Física no município de Paiçandu (PR) e os eventos ocorridos nos cinco primeiros anos após sua consolidação, redigido a partir a vivência dos autores, professores de Educação Física Efetivos do quadro próprio do magistério da rede municipal de ensino e, Assessores Pedagógicos de Educação Física de 2017 a 2022.

A Educação Física enquanto conhecimento sistematizado no âmbito da Educação Escolar se caracteriza como prática obrigatória desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, Lei nº. 4024/1961, que em seu artigo 22 versava: "Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos" (BRASIL, 1961) e, reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Lei nº. 9394, quando em seu artigo 26º, § 3 estabelece que "A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica" (BRASIL, 1996).

Nesses termos, é a partir de então que a Educação Física começa (ou deveria ter começado – fato ainda não concretizado em muitas localidades) a integrar o currículo escolar e constitui-se como uma disciplina acadêmica, não apenas uma mera atividade extracurricular (SOUZA JÚNIOR; DARIDO, 2009). Nesse entendimento Moreira e Pereira, (2009, p. 32) mencionam que "a diferença entre um 'componente curricular' e uma 'atividade escolar' é a importância e o campo do conhecimento científico constituído ao longo dos anos". Nesse aspecto, a Educação Física possui todas as condições de uma disciplina, haja vista, a extensão de conhecimento elaborado e acumulado ao longo da história da humanidade, e como disciplina deve integrar a proposta pedagógica da escola, assim como as demais disciplinas. Dentro desse contexto, cabe à escola, portanto, socializar o seu saber sistematizado (SAVIANI, 1984).

Conforme Boscato et al. (2016, p. 107) "[...] a EF adquire o caráter de um componente que compõe o currículo da escola e, nesse caso, é responsável por um conjunto de conhecimentos que são oriundos do universo da "cultura" corporal de movimento". Assim, o conhecimento sistematizado do componente curricular Educação Física, trata-se das produções humanas e manifestações corporais que envolve o movimento, que segundo o Coletivo de Autores (SOARES et al. 1992), a Cultura Corporal para ser tratada na escola através do jogo, esporte, capoeira, ginástica e dança. Existe também, o entendimento que esse saber acumulado e sistematizado, trata-se da Cultura Corporal de Movimento (BRASIL, 1998); (BRACHT, 2001), que conforme (BETTI, 2001) são "as formas culturais que se vêm historicamente construindo, nos planos material e simbólico, mediante o exercício da motricidade humana - jogo, esporte, ginásticas e práticas de aptidão física, atividades rítmicas/expressivas e dança, lutas/artes marciais" (p. 156).

No ambiente escolar, portanto, a Educação Física tem um conhecimento próprio que deve ser ensinado por professores licenciados na área. Nesta condição, do mesmo modo como os demais agentes escolares, "o professor de Educação Física antes de ser professor de Educação Física, é um professor. Portanto, participe do processo formativo

dos que na escola adentram" (MOREIRA, 2009, p. 52).

Entretanto, no contexto da Educação Básica, em especial na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental a presença dos Professores de Educação Física não se caracteriza como obrigatória, sendo ratificada pela Resolução nº. 07/2010 CNE-CEB (BRASIL, 2010) que permite a atuação dos professores regentes de turma, Pedagogos ou Técnicos com Formação Docente no ministério da disciplina, em vigência até os dias atuais.

Em Paiçandu (PR), esta realidade perdurou até o ano de 2014, quando o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal foi alterado pela Lei Municipal nº. 2329/2014 e, criou-se o cargo de Professor de Educação Física, com ingresso na carreira mediante Concurso Público de Provas e Títulos, com formação mínima de Licenciatura em Educação Física, com início dos trabalhos de professores específicos em 2016.

MÉTODOS

O objetivo deste trabalho foi relatar e deixar registrado os caminhos trilhados pela disciplina Educação Física, da sua legalização até o momento atual. Para tanto, o método utilizado foi o qualitativo do tipo descritivo, elaborado a partir de depoimentos, exploração de diferentes documentos normativos e a própria vivência dos autores, a fim de, resgatar e descrever os caminhos percorridos até a sua consolidação. De acordo com Minayo (2002, p. 21), a pesquisa qualitativa se preocupa "com um nível de realidade que não pode ser quantificado". A pesquisa caracteriza-se ainda como documental (GIL 2017), haja vista a diversidade de fontes que foram consultadas.

Dessa maneira, para cada ano dentro do recorte temporal 2014 – 2021 serão mencionados os fatos conjunturais que retratam do componente curricular Educação Física na rede municipal de ensino de Paiçandu, que foram escritos a partir entrevistas com assessores pedagógicos que auxiliaram no processo de implantação da disciplina, consulta e análise das leis municipais que a regulamentaram, bem como a descrição das experiências e os desafios vividos, enquanto assessores pedagógicos de Educação Física, cargo que ocupamos até 2022.

O cenário é o Município de Paiçandu, localizado na região noroeste do estado do Paraná, pertencente à região metropolitana de Maringá, com população estimada de aproximadamente 42 mil habitantes com área territorial de 171,379 km², incluindo o Distrito de Água Boa (IBGE, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em fevereiro de 2014 tendo em vista o cumprimento legal da LDBN sobre obrigatoriedade do componente curricular Educação Física (BRASIL, 1996), preconizando a qualidade do trabalho com professor específico, criou e implementou o cargo de Professor de Educação Física por meio da Lei nº. 2329/2014 (PAIÇANDU, 2014), o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do Magistério Público Municipal de Paiçandu.

Dessa forma, com vistas a atender os encaminhamentos e a concretização do referido plano, no decorrer

do ano de 2015 foram feitas as adequações necessárias contemplando a disciplina Educação Física nos documentos norteadores e regimentais como Projeto Político e Pedagógico do município e a estruturação do primeiro currículo para a disciplina. Em setembro de 2015, a Prefeitura Municipal, portanto, organizou e realizou o concurso público para efetivação e chamamento de professores de Educação Física para o atendimento da Rede Municipal de Ensino do município. Para ingressar na carreira, o concurso exigiu formação em Licenciatura em Educação Física, para atuação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. As primeiras convocações para professores aprovados no concurso iniciaram-se em março de 2016.

Compete destacar que até 2015, o componente curricular Educação Física era trabalhado nas escolas municipais por professores sem formação específica. Os trabalhos que contemplavam práticas corporais (movimento) com os alunos eram desenvolvidos por docentes denominados 'professores de hora atividade' com formação em pedagogia, normal superior ou formação de docente em nível médio. Esta condição estava assegurada legalmente pela Resolução nº. 07/2010 CNE-CEB que permite em seu artigo 31 que:

Art. 31 - Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes (BRASIL, 2010).

As atividades eram organizadas a partir de um direcionamento da Secretaria Municipal de Educação com atividades que contemplassem o Movimento, o Lúdico, o Lazer e a Recreação. A grade de horários era estruturada por cada unidade de ensino a fim de contemplar e conceder a hora atividade para professor regente das turmas, uma vez por semana por 4 horas, sendo direcionada assim, 2 horas para as práticas motoras e 2 horas para o fazer artístico.

Em abril de 2016, foram iniciados, os trabalhos com 14 professores com formação específica para as aulas do componente curricular Educação Física. Na ocasião, os primeiros professores receberam da Secretaria Municipal de Educação um currículo da disciplina, organizado pelas Assessoras Pedagógicas do Ensino Fundamental, baseado no Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná de 1990 (PARANÁ, 1990). As intervenções com os alunos seguiram a organização de uma vez por semana para cada turma, porém, para conceder às 04 horas para os professores regentes (o fixo da turma) referente à sua hora atividade, os professores de Educação Física (2 horas), revezavam com os professores de Arte (2 horas), Cargo criado na mesma reformulação do PCCR em 2014. Esses professores passaram a ser reconhecidos e chamados como professores das disciplinas específicas (Arte e Educação Física) e tinham 4 horas, uma vez por semana, para hora atividade – momento utilizado principalmente para planejamento das atividades docentes.

A primeira proposta curricular entregue para os novos professores iniciarem os trabalhos foi organizada por turmas, com uma coluna para conteúdos e outra para objetivos. Na coluna conteúdos foram colocadas as linhas com os respectivos conteúdos: *Pressupostos do Movimento,*

Jogos e Brincadeiras, Ginástica e Dança. O conteúdo denominado *Pressupostos do Movimento* era igual para todas as turmas e os demais com poucas diferenças de uma turma para outra¹.

Feita a apresentação da primeira proposta curricular, cabe mencionar também que quando os professores iniciaram suas atividades nas unidades escolares, encontram uma realidade de precarização estrutural, muito comum na maioria das escolas brasileiras (BRASIL, 2020), principalmente em municípios de pequeno porte, falta de estrutura adequada para realização das atividades práticas, bem como falta de materiais. Das 8 unidades escolares pertencentes à rede municipal, apenas 3 possuem quadra coberta e, 5 unidades possuem quadra ao ar livre, ou melhor, apenas um espaço cimentado com muitas imperfeições, denominado de quadra. Ainda, em uma das unidades, a estrutura é compartilhada entre uma Escola Estadual no período matutino e uma Escola Municipal no período vespertino.

Ainda em 2016 foram organizados grupos de estudos para estudo da Psicologia Histórico Cultural que baliza a proposta da rede municipal de ensino. Na Secretaria Municipal de Educação, não existia assessoria para a Educação Física. A partir desta realidade, os docentes se organizaram e manifestaram a necessidade de um representante com formação específica na Secretaria Municipal de Educação. Assim, em 2017, dois professores do quadro foram convidados para assumir a função de Assessor Pedagógico de Educação Física do município, um para o período da manhã e outro para tarde.

Em 2017, os assessores da Educação Física, fizeram uma adequação na proposta curricular vigente para disciplina, separando os conteúdos por bimestre, adequando a organização a partir dos pressupostos do desenvolvimento humano e do desenvolvimento da motricidade. Propuseram o uso de fichas para acompanhar o desenvolvimento dos alunos, bem como, o preenchimento de um relatório parecer parcial/final para turmas de 1º e 2º anos por meio de uma planilha no Excel com itens que contemplam o desenvolvimento do aluno.

Foi desenvolvido também pelos assessores um projeto de acompanhamento e avaliação nutricional de todos os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Com os professores foram realizados alguns encontros de grupos de estudos para planejamento coletivo, trocas de experiências, debates e proposições, almejando uma nova organização curricular para o próximo ano letivo. Também foram desenvolvidas formações em serviço sobre cultura popular, capoeira, bumba meu boi e lutas no contexto escolar, essa última, organizada e desenvolvida por dois professores do quadro. Nesse ano ainda, foi desenvolvido um trabalho interno dentro da Secretaria Municipal de Educação e Núcleo Regional de Educação de articulação, proposição, defesa, organização e estruturação curricular para implantar a Educação Física nas turmas da Educação Infantil.

Para o ano de 2018, a disciplina Educação Física foi inserida na etapa da Educação Infantil, para as turmas do infantil IV e V – crianças de 4 e 5 anos – como componente curricular obrigatório trabalhado por professor com formação específica. Para atender essa nova demanda, foram

¹ A primeira proposta curricular pode ser visualizada em: <https://tinyurl.com/4dxjdxr2>.

convocados do concurso público mais 4 professores. Foi implantada uma nova organização curricular que buscava direcionar de forma progressiva os conteúdos que seriam trabalhados nas turmas do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, e incluídos novos conteúdos para a proposta. Cabe destacar que nesse processo de reorganização curricular, a participação dos professores da rede até chegar na organização final².

Desde modo, com base no existente até o momento, buscamos uma organização para garantir o direito de aprendizado dos conteúdos da Cultura Corporal de Movimento, conforme as diretrizes vigentes para todos os indivíduos inseridos nas escolas públicas municipais democráticas e republicanas (FENSTERSEIFER; GONZÁLES, 2013).

Ainda em 2018, foi apresentada a primeira organização curricular de Educação Física para Educação Infantil, que orientou as primeiras atuações docentes da disciplina nas turmas do Infantil IV e V³. Essa proposta foi organizada a partir de uma mescla do Eixo Movimento do Currículo Municipal de Educação Infantil que seguia as diretrizes do PCNs e o que o Currículo Base do Paraná de 1990 trazia para Educação Física na educação pré-escolar.

Durante o ano 2018, foi desenvolvido um *Blog*⁴ com sugestões de atividades, que foi e é utilizado pelos professores como uma ferramenta de pesquisa no processo de planejamento semanal. Também foi realizada uma formação com trocas de experiências sobre Brincadeiras Cantadas com todos os professores de Educação Física, juntamente com algumas professoras pedagogas que atuam na Educação Infantil, no eixo Movimento.

O ano de 2019 foi marcado pelos estudos e as adaptações curriculares que precisaram acontecer a partir da implementação da BNCC em nível nacional (BRASIL, 2018). Dessa forma, ao longo do ano, foram realizados 05 encontros com todos os professores do quadro da Educação Física para estudarmos e reestruturarmos a proposta curricular municipal, balizando-a conforme os parâmetros da BNCC (BRASIL, 2018) e o Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018). Nesse direcionamento, no final do ano, propusemos uma nova organização curricular para o Ensino Fundamental⁵ e Educação Infantil⁶, que seriam vigentes para o próximo ano letivo.

Além da organização em quadros resumidos com a distribuição anual de conteúdos, a proposta curricular foi organizada por ano de ensino, e para cada ano uma tabela própria com suas respectivas descrições para Unidade Temática, Objetos de Conhecimento, Conteúdo Estruturante, Conteúdo Específico, Objetivos De Aprendizagem. Essa organização foi aplicada para todas as turmas do Ensino Fundamental⁷. Já para as turmas da Educação Infantil a organização foi Conteúdos, Conteúdo Estruturante, Conteúdo Específico, Objetivos⁸. Cabe mencionar que as duas

turmas da Educação Infantil seguem a mesma organização curricular, desta maneira, não há diferença de conteúdos entre as turmas do Infantil IV e V.

Nesse sentido, sobre a BNCC, cabe destacar que se trata de uma Base e, como base, é a partir dela, e não somente por meio ou através dela que se desenvolve o currículo. Precisamos ter claro que a BNCC “não é a rigor, um currículo”. “[...] trata-se de uma ‘base’ sobre o qual se devem erguer os currículos” (BETTI, 2018, p. 43-44). Desse modo, o próprio documento apresenta uma parte diversificada, e assim, “[...] cerca de 40% destinado a cada instituição fazer as adequações do seu currículo e práticas pedagógicas, ajustando as realidades locais as quais as escolas estão inseridas” (CALLAI et al, 2019, p.8). Ainda, concordamos com Boscato et al. (2016) que a BNCC para Educação Física representa uma ferramenta para organizar o caos e a própria legitimação dos conteúdos da disciplina, mesmo no contexto de críticas ao documento.

Seguindo a cronologia, ainda em 2019, concretizou-se a primeira compra de materiais específicos para aulas de Educação Física, por meio de licitação pública, depois de 2 anos de tratativas. A compra, portanto, foi realizada para 28 diferentes itens tais como: equipamentos sinalizadores, bolas, materiais para ginásticas, tacos, raquetes e brinquedos populares. E, em parceria com a Secretaria de Cultura do município e a Cia Curitiba, foi promovido uma oficina de conscientização corporal para os professores no formato de adesão voluntária.

Em 2020, os trabalhos do ano letivo aconteceram de acordo a nova organização curricular. Logo no início do ano, com o aumento do número de turmas atendidas na rede municipal de ensino, foram convocados do concurso público mais 4 professores de Educação Física. Como também, foi organizado e contratado uma Formação Continuada sobre dança populares e expressão corporal, estrutura para acontecer em 4 encontros em parceria com a disciplina de Arte. Contudo, não demorou muito, e todos foram surpreendidos com a pandemia do Covid-19, e infelizmente foi possível realizar somente um encontro dessa capacitação.

Nesse cenário, com as determinações restritivas para evitar a circulação do vírus, em um primeiro momento todas as atividades no contexto educacional foram paralisadas por 45 dias e depois foram retomadas com um Regime Especial de Aprendizagem Não Presencial (PAIÇANDU, 2020), no qual os responsáveis pelos alunos passaram a retirar, quinzenalmente, apostilas impressas nas unidades escolares com o direcionamento de conteúdos e atividades para serem realizadas em casa. As apostilas eram organizadas com 12 páginas, ficando uma página apenas para a disciplina Educação Física. Foi orientado aos professores da Educação Física que fossem colocadas 3 atividades, uma que contemplasse dimensão conceitual, outra que remetesse a dimensão procedimental, direcionando assim, uma ação prática motora, e a última, como aferição de aprendizagem relacionado com o conteúdo proposto.

Além da apostila, as turmas foram organizadas em grupos de *Whatsapp* e os professores, diariamente, encaminhavam vídeos e áudios orientando as atividades da apostila ou alguma outra informação complementar. Para organizar a rotina de professores e alunos, foi estabelecido também um cronograma semanal com a distribuição das disciplinas ao longo dos dias da semana. Consideran-

² A primeira alteração curricular, trabalhada em 2018 pode ser encontrada em: <https://tinyurl.com/yc26pimb>.

³ A estrutura curricular considerando a Educação Infantil e Ensino Fundamental pode ser encontrada em: <https://tinyurl.com/4j68myrx>.

⁴ Ver em: <https://efpdu.blogspot.com/>.

⁵ Nova estrutura curricular do Ensino Fundamental para 2020: <https://tinyurl.com/2p9eft9e>.

⁶ Nova estrutura curricular do Ensino Fundamental para 2020: <https://tinyurl.com/2p9eft9e>.

⁷ Exemplo da organização anual da Proposta Curricular do Ensino Fundamental: <https://tinyurl.com/5n6u4xah>.

⁸ Exemplo da organização anual da Proposta Curricular da Educação Infantil: <https://tinyurl.com/2s4xwnut>.

do esse contexto incerto de novos aprendizados para todos os envolvidos, fizemos algumas adaptações curriculares e a unidade temática Práticas Corporais de Aventura, até então, nova na proposta curricular municipal, não foi contemplada em nenhum trabalho naquele momento.

O ano letivo de 2021 iniciou com uma alteração que aconteceu no sistema de registro no diário de classe que passou a ser em um formato digital para toda a rede municipal e que influenciou a alteração do sistema bimestral para trimestral. Uma nova divisão de conteúdos aconteceu para se adequar a essa realidade, apresentadas nos Quadros 1 e 2.

Ademais, as aulas começaram no mesmo formato que ocorreram em 2020, com aulas no Regime Especial de Aprendizagem não presencial e assim seguiram até o mês de agosto. Entretanto, a partir desse mês, começou o retorno das atividades escolares com modelo de ensino híbrido no formato combinado com escalonamento (PAIÇANDU, 2021). Dessa forma, para os alunos que assim o optaram, foram divididos em dois grupos, revezando uma semana em casa e outra semana na escola. O retorno escalonado dos alunos foi organizado para acontecer de forma gradual, começou no dia 16 de agosto com as turmas de 4º e 5º anos, após 15 dias para as turmas, 2º e 3º anos e na sequência, após mais 15 dias, para as turmas do 1º ano e Infantil IV e V. Contudo, os trabalhos com as apostilas impressas continuaram a ser desenvolvidos, para atender os

alunos que optaram em permanecer totalmente remotos e como forma de organizar e conduzir as atividades docentes com aqueles alunos que estariam presencialmente nas unidades escolares.

Nesse ínterim, foi possível organizar e desenvolver duas coletâneas com sugestões de atividades que foram trabalhadas pelos professores no contexto de aulas remotas. Dessa maneira, a primeira coletânea (Figura 1) contou com a participação de 14 professores da rede com 58 sugestões de atividades para unidade temática Jogos e Brincadeiras para todas as turmas, da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental. Já a segunda coletânea foi organizada com as atividades do contexto remoto, como também com os conteúdos que seriam trabalhados no decorrer deste ano. Assim, contou com a contribuição de 12 professores do quadro, com atividades para todas as turmas contemplando as unidades temáticas: Dança, Ginástica, Práticas Corporais de Aventura, totalizando 36 sugestões de atividades.

Por fim, queremos destacar que a principal conquista que temos hoje no município são os 22 professores de Educação Física concursados que compõem o quadro próprio da Rede Municipal de Ensino, sendo que 2 desses, estão nomeados na Assessoria Pedagógica, desenvolvendo atividades administrativo-pedagógicas na Fundação Municipal de Educação.

Quadro 1. Relação dos trimestres, unidades temáticas e seus respectivos conteúdos específicos nos anos escolares da educação física ensino fundamental de Paiçandu (Pr), 2021.

Trimestre e suas Unidades Temáticas		1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
1º	Jogos e Brincadeiras	- Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário local e regional - Brincadeiras e jogos da cultura popular - Jogos de percepção e sensoriais- Jogos protagonizados	- Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário local e regional - Brincadeiras e jogos da cultura popular - Jogos de percepção e sensoriais	- Brincadeiras e jogos populares e tradicionais de matrizes Indígena e Africana - Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana - Jogos de raciocínio	- Brincadeiras e jogos populares e tradicionais do Brasil - Jogos cooperativos - Jogos de raciocínio	- Brincadeiras e jogos populares e tradicionais do Mundo - Brincadeiras e jogos do mundo - Jogos cooperativos
	Práticas Corporais de Aventuras			- Jogos de aventura	- Jogos de aventura	- Jogos de aventura
2º	Danças	- Brincadeiras cantadas e cantigas de roda	- Danças do contexto comunitário local e regional - Danças da região sul	- Danças do Brasil - Danças regionais do Brasil	- Danças de matrizes Indígena e Africana - Atividades rítmicas e expressivas	- Danças do Mundo - Atividades rítmicas e expressivas
	Ginásticas	- Ginástica Geral e o reconhecimento do corpo - Ginástica geral - Ginástica de alongamento e relaxamento - Ginástica de imitação - Elementos acrobáticos	- Ginástica Geral e o reconhecimento do corpo - Ginástica geral - Ginástica de alongamento e relaxamento	- Ginástica Geral - Ginástica geral - Atividade circense	- Ginástica Geral - Ginástica geral - Ginástica rítmica	- Ginástica Geral - Ginástica artística - Ginástica acrobática
3º	Esportes	- Jogos esportivos de precisão	- Jogos esportivos de marca - Atletismo	- Jogos esportivos de campo e taco	- Jogos esportivos de rede/parede	- Jogos esportivos de invasão
	Lutas			- Jogos de luta - Jogos de oposição - Jogos de agarre, média e longa distância	- Lutas do contexto comunitário local e regional - Judô - Kung Fu	- Lutas de matrizes Indígena e Africana - Capoeira - Huka Huka

Quadro 2. Relação dos trimestres, unidades temáticas e seus respectivos conteúdos específicos nos anos escolares da educação física na educação infantil de Paíçandu (Pr), 2021.

Trimestre e suas Unidades Temáticas		Conteúdo Estruturante	Conteúdo Específico
1º	Jogos e Brincadeiras	Empurrar; Puxar; Sustentar; Resistência ; Força; Percepção visual; Empilhar; Manipular; Encaixar; Rosquear; Segurar/pegar/pinçar	Jogos e brincadeiras populares (antigas e atuais); Jogos protagonizados (faz de conta); Jogos de percepção; Jogos e brincadeiras construção.
	Dança	Estrutura Corporal (partes do corpo); Tonicidade e postura (estática e dinâmica); Organização e orientação espacial (em baixo, em cima, dentro e fora)	Brinquedos/brincadeiras cantadas; Ritmo e sons no próprio corpo; Organização e orientação espacial: Espaço do próprio corpo e o que ele ocupa.
	Ginástica	Andar; Trepar; Correr; Saltar; Percepção visual; Velocidade; Agilidade	Ginástica geral: movimentos e elementos ginásticos; Ginástica de imitação: ações do cotidiano, movimentos da natureza e dos animais.
2º	Jogos e Brincadeiras	Coordenação óculo-manual lançar, receber, rebater, quicar, conduzir; Estender; Dobrar ; Sentar; Levantar; Torcer/enrolar/rasgar; Percepção auditiva; Percepção tátil	Jogos e brincadeiras populares (antigas e atuais); Jogos protagonizados (faz de conta); Jogos de percepção; Jogos de imitação.
	Dança	Lateralidade (lado direito e lado esquerdo); Organização e orientação espacial (junto, separado, atrás, frente e lado)	Danças de roda (cantigas de roda); Ritmo e sons do ambiente; Organização e orientação espacial: Espaço no ambiente.
	Ginástica	Rolar (rolamento lateral); Rolar: (rolamento cambalhota); Quadrupedar	Ginástica geral: movimentos e elementos ginásticos; Ginástica de imitação: ações do cotidiano, movimentos da natureza e dos animais.
3º	Jogos e Brincadeiras	Coordenação óculo-pedal (receber, rebater, chutar, conduzir); Retorcer; Manipular; Transportar objetos; Subir; Descer; Apertar/amassar; Percepção olfativa; Percepção gustativa - paladar	Jogos e brincadeiras populares (antigas e atuais); Jogos protagonizados (faz de conta); Jogos de percepção; Jogos motores.
	Dança	Respiração (rápida e lenta); Sensação dos batimentos cardíacos (rápido e lento); Organização e orientação temporal (antes, durante, agora, depois, duração, pausa, o que passou, o que virá)	Danças populares/Dramatização; Ritmos das danças; Expressão e percussão corporal; Organização e orientação temporal.
	Ginástica	Girar; Rastejar; Equilibrar; Saltitar; Equilíbrio (estático e dinâmico); Pular com um pé; Pular com os dois pés	Ginástica geral: movimentos e elementos ginásticos; Ginástica de imitação: ações do cotidiano, movimentos da natureza e dos animais.



Figura 1. Capas das Coletâneas de Atividades - Educação Física - Volume I e Volume II.

Cabe também pontuar alguns desafios que ainda não conseguimos superar, a exemplo da busca pela melhoria da estrutura das quadras esportivas nas unidades escolares que ainda não possuem, por mais força de vontade que foram empenhados, questões políticas, administrativas e financeiras apontaram como grandes barreiras a serem transpostas. Entretanto, uma pequena luz de esperança começa a brilhar para essa conquista. Recentemente o município foi contemplado com uma verba parlamentar

especificamente para melhoria e cobertura das 5 quadras que ainda não possuem. Contudo, sabemos que, do discurso até os fatos concretos, ainda temos alguns longos meses (talvez anos) de espera pela frente, uma vez que requer uma contrapartida do município para que as obras se efetivem.

Sobre nossa proposta curricular e as atividades docentes realizadas nas unidades escolares, o ano de 2022 apresenta-se como o ano inicial de atividades presenciais para estruturação e aplicação da proposta. A partir da execução das atividades, intencionamos realizar junto aos professores um novo estudo e análise do currículo da Educação Física, que foi alterado com o advento da BNCC, principalmente o da Educação Infantil, pois, desde a sua implantação, nada ainda foi feito nesse sentido, em virtude do contexto pandêmico de supressão de atividades presenciais e reuniões.

Dentre outros desafios que temos pela frente, encontramos entraves com a regulamentação nos documentos legais junto ao Núcleo Regional de Educação sobre a atuação dos professores de Educação Física na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. É uma conquista de espaço que conseguimos também no município, porém, ainda está em processo de homologação na instituição reguladora e no Projeto Político e Pedagógico da unidade que oferta. A busca e a concretização de formação continuada com temas atuais e que realmente contribuam no fazer

docente dos nossos professores está na lista das prioridades dos desafios e objetos para serem alcançados. Como também, o encaminhamento e a finalização de um novo processo de licitação para compra de novos e diferentes materiais para aulas de Educação Física que muito recentemente começamos a organizar o processo junto ao setor responsável.

CONCLUSÃO

Concluimos que a efetivação da Educação Física na escola pública, frente a um contexto de grandes adversidades, sejam elas políticas, sociais, financeiras e estruturais, se apresenta como uma tarefa de grande monta, principalmente no contexto em que se busca transmitir o conhecimento da área de forma estruturada e intencionada a um objetivo de formação humana dos alunos sob nossa responsabilidade. Para tanto, o trabalho dos atores envolvidos no processo de construção deve buscar atender todas as demandas possíveis dentro de sua realidade.

Por se caracterizar como um Relato de Experiência de indivíduos envolvidos no processo de construção desta realidade, as impressões pessoais podem interferir nesta análise, logo, sugere-se que pesquisas mais aprofundadas contemplando a história, as políticas públicas e o desenvolvimento deste tipo de trabalho sejam realizadas a fim de contribuir para a construção do conhecimento local e, que este seja exemplo para outras realidades que se encontram na mesma situação.

Por fim, consideramos que muito já foi feito na Educação Física escolar de Paiçandu, desde a sua gênese até aqui. Entretanto, temos o entendimento e o anseio que muito mais pode e precisa ser feito. Portanto não podemos parar por aqui, e não vamos! Por isso, “vivemos esperando por dias melhores”...

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

FINANCIAMENTO

Este estudo não teve apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

BETTI, M. Educação física e sociologia: novas e velhas questões no contexto brasileiro. In: CARVALHO, Y. M.; RUBIO, K. (Org.). *Educação física e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 155-69.

BETTI, M. A versão final da base nacional comum curricular da educação física (ensino fundamental): menos virtudes, os mesmos defeitos. *Revista Brasileira de Educação Física Brasileira Escolar*, v. 4, n. 1, p. 156-75, 2018. Disponível em: https://47e1bf12-b02d-4d36-84f4-15827910c76d.filesusr.com/ugd/db85a1_2c61b488e7054297b983a6c8c3a1ef55.pdf

BOSCATO, J. D.; IMPOLCETTO, F. M.; DARIDO, S. C. A base nacional comum curricular: uma proposição necessária para a educação física. *Motrivivência*, Florianópolis, n. 48, v. 28, p. 96-112, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n48p96>

BRACHT, V. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da educação física como componente curricular. In: CAPARROZ, F. E. (Org.). *Educação física escolar*. Vitória: Proteoria, 2001. v. 1.

BRASIL. Ministério da educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 7*, de 14 de Dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/3tucfh3j>. Acesso em: 08/12/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educaionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Básica 2020*: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021. 70 p. Disponível em: <https://bitly.com/JgH8F>. Acesso em: 08/12/2022.

BRASIL. *Lei nº 4.024*, de 20 de Dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Presidência da República, 1961. Disponível em: <https://tinyurl.com/38s95z6n>. Acesso em: 08/12/2022.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de Dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília. Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://tinyurl.com/mttcjxy2>. Acesso em: 08/12/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrycfnad>. Acesso em: 08/12/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://tinyurl.com/yh62d2v2>. Acesso em: 08/12/2022.

CALLAI, A. N. A.; BECKER, E. P.; SAWITZKI, R. L. Considerações acerca da Educação Física escolar a partir da BNCC. *Conexões*, v. 17, e019022, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v17i0.8654739>

FENSTERSEIFER, P. E.; GONZÁLEZ, F. J. Desafios da legitimação da educação física na escola republicana. *Horizontes*, n. 2, v. 1, p. 33-42, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/3163>

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativa populacional 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paicandu/panorama>. Acesso em: 20/09/2022.

MINAYO, M. C. S. (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, E. C. Características, importância e contribuições da ação de planejar para a educação física escolar. In: MOREIRA, E. C. (Org.). *Educação física escolar: desafios e propostas 1*. 2. ed. Jundiá: Fontoura, 2009.

MOREIRA, E. C.; PEREIRA, R. S. A educação física na construção do projeto político-pedagógico da escola. In: MOREIRA, E. C. (Org.). *Educação física escolar: desafios e propostas 1*. 2. ed. Jundiá: Fontoura, 2009.

PAIÇANDU. *Decreto nº 331*, de 11 de agosto de 2021. Dispõe sobre a organização do modelo de ensino híbrido e remoto e dá outras providências. Paiçandu, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/mpmbx5vp>. Acesso em: 08/12/2022.

PAIÇANDU. *Decreto nº 34*, de 05 de maio de 2020. Estabelece o Regime Especial de Aprendizagem não presencial na rede municipal de educação de Paiçandu-PR como medida preventiva a disseminação do COVID-19. Paiçandu, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/vspsa8sh3>. Acesso em: 08/12/2022.

PAIÇANDU. *Lei nº 2329/2014*, de 28 de fevereiro de 2014. Dispõe em Observância à Lei Federal nº. 11.738, de 16 de julho de 2008, sobre a reformulação e substituição do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Paiçandu, e, cria os cargos de Professor de Arte e de Professor de Educação Física. Paiçandu, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/27a3dzdj>. Acesso em: 08/12/2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná*. Curitiba: SEED, 1990. Disponível em: <https://tinyurl.com/223a357u>. Acesso em: 08/12/2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Referencial curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações*. Curitiba: SEED, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr4cx7ck>. Acesso em: 08/12/2022.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. *Em aberto*, v. 3, n. 22, p. 1-6, 1984. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/1886/1625>

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E.; CASTELLANI FILHO, F.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992

SOUZA JÚNIOR, O. M.; DARIDO, S. C. Dispensas das aulas de educação física: apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação. *Pensar a Prática*, v. 12, n. 2, p. 1-12, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v12i2.6436>

E-MAIL DOS AUTORES

Gilson Firmino de Goes

✉ gilson.goes@hotmail.com

Saulo Testa (Autor Correspondente)

✉ saulo.testa@hotmail.com